

**LEI Nº 2.713 DE 05 DE ABRIL DE 2006.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
ANISTIA OS CONTRIBUINTES  
MUNICIPAIS DE ALEGRE DOS  
ENCARGOS DE MULTA E JUROS  
REFERENTES A DÍVIDA ATIVA PELO  
NÃO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO  
TERRITORIAL E PREDIAL URBANO—  
IPTU — E O IMPOSTO SOBRE  
SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA  
—ISSQN/TLLF.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:~~

~~**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado anistiar, até a data em que esta Lei vigorar, os contribuintes municipais de Alegre dos encargos de multa e juros referentes aos débitos inscritos em Dívida Ativa, pelo não recolhimento do Imposto Territorial e Urbano IPTU e do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza ISSQN/TLLF.~~

~~**§ 1º** A anistia a que se refere o caput deste artigo só será possível para quitação do débito em parcela única até 30 de abril de 2006.~~

~~**§ 2º** A anistia autorizada no caput não trará prejuízo às execuções fiscais em curso.~~

~~**§ 3º** A anistia a que se refere o caput deste artigo, autoriza a Municipalidade a estornar os parcelamentos calculados com multa e juros, e anistia los com relação às parcelas vincendas. para pagamento em cota única, abrangendo todos os anos pactuados.~~

~~**Art. 2º** Os créditos pertencentes a terceiros não poderão ser utilizados para a compensação de que trata esta Lei.~~

~~**Art. 3º** Esta Lei vigor na data de sua publicação, vigendo até 30 de abril de 2006.~~

~~**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 05 de abril de 2006.~~

~~**DJALMA DA SILVA SANTOS**  
— Prefeito Municipal~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.